



1983-3717  
ISSN

# **POLÍTICAS CULTURAIS** *em Revista*

#2

v. 10, n. 2, jul./dez. 2017

1983-3717  
ISSN



**POLÍTICAS  
CULTURAIS**  
*em Revista*

|                 |          |       |      |          |           |      |
|-----------------|----------|-------|------|----------|-----------|------|
| Pol. cult. rev. | Salvador | v. 10 | n. 2 | p. 1-303 | jul./dez. | 2017 |
|-----------------|----------|-------|------|----------|-----------|------|

# Sumário

## APRESENTAÇÃO:

### DOSSIÊ - POLÍTICAS CULTURAIS PARA AS ARTES 6

*Gisele Nussbaumer, Isaura Botelho*

### 1. AS POLÍTICAS PARA AS ARTES E A FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES: 2003-2016 11

*Gisele Nussbaumer*

### 2. FOMENTO À CULTURA NO BRASIL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES 35

*Armando Almeida, Carlos Beyrodt Paiva Neto*

### 3. MARCOS NA EXIBIÇÃO DE FILMES NO BRASIL 59

*Anita Simis*

### 4. (DES)CONJUNTURAS DAS POLÍTICAS SETORIAIS PARA A DANÇA: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA FUNARTE E DO EDITAL KLAUSS VIANNA 95

*Lúcia Matos*

### 5. MÚSICA E AÇÃO POLÍTICA, BRASIL 2003/2016 119

*Cacá Machado*

### 6. TEATRO CARIOCA SOB A CRISE DO FOMENTO: DO EMPREENDEDORISMO AO ATIVISMO CULTURAL 148

*Gustavo Guenzburger*

### 7. ASPECTOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA MUSEUS NO BRASIL 167

*Andréa Dias Vial*

**ARTIGOS 188**

**8. O PROBLEMA DA POLÍTICA PÚBLICA E O PLANO DA SECRETARIA  
DE ECONOMIA CRIATIVA 189**

*Emanoel L. Querette*

**9. POLÍTICAS CULTURAIS PAULISTAS: REGISTRO DA  
IDENTIDADE CULTURAL DE UM POVO 212**

*Daniela Salgado Gonçalves da Silva, Mariana Gonçalves Luccas*

**10. POLÍTICAS DE INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR  
INDÍGENA: O RCNEI E O ENSINO DE ARTES VISUAIS 246**

*Luane Freire Maciel, Paulo Caldas Ribeiro Ramon, Rosângela Célia Faustino*

**11. JOGOS DIGITAIS: UM BREVE PANORAMA DESTE SEGMENTO NA  
BAHIA E POSSIBILIDADES DE POLÍTICAS 269**

*Carmen Lúcia Castro Lima, Lynn Rosalina Gama Alves*

**CRÍTICAS E RESENHAS 296**

**12. RESENHA SOBRE CULTURA POPULAR E ALTA CULTURA: UMA  
ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO GOSTO DE HERBERT J. GANS 297**

*Maurício Silva*



# Apresentação

## DOSSIÊ - POLÍTICAS CULTURAIS PARA AS ARTES

A publicação deste dossiê sobre políticas para as artes nos parece oportuna considerando não apenas a pouca bibliografia sobre o assunto, mas o atual momento político no Brasil.

Se a partir de 2003 foi criado um conjunto de políticas públicas inovadoras no âmbito da cultura, no que se refere às artes em particular não tivemos os mesmos avanços de outros setores. Houve uma ampliação do investimento na área a partir do uso de editais, o reconhecimento da necessidade de uma maior descentralização dos recursos e a criação de importantes instâncias de participação social, mas essas iniciativas não representaram um avanço significativo em termos de políticas efetivas e duradouras para as artes.

O conceito ampliado de cultura, adotado nos últimos anos, vem se fazendo acompanhar de um debate e de uma revisão no sentido e no papel das artes, assim como provocando importantes mudanças no modo de produção e no próprio campo artístico-cultural. Não podemos concordar, porém, que ao se ampliar o escopo da cultural, incluindo setores até aqui desamparados isso signifique subtrair as linguagens artísticas deixando-as marginalizadas no processo decisivo de expressão da criatividade

brasileira. Arte é ruptura, é deslocamento de sentidos aceitos, é rompimento de conformismos, é questionamento. Neste sentido, tivemos lamentáveis episódios que comprovam como é ameaçadora a liberdade que ela traz. Por isso mesmo, ao mesmo tempo em que as artes vêm sendo cada vez mais requisitadas como área crucial de intervenção na ordem social e política, vêm também sendo cada vez mais questionadas, em particular desde o golpe de 2016.

Apesar de as artes serem muitas vezes consideradas privilegiadas na disputa por significação cultural, o que se observa é uma carência de análises na perspectiva das políticas culturais, que levem em conta as diferentes linguagens artísticas, suas especificidades e elos da cadeia produtiva. O que predomina hoje no debate sobre as políticas para cultura e as artes no Brasil é uma sensação de desmonte, aliada à urgência de uma reflexão crítica sobre o tema, particularmente no que se refere ao papel das artes e o que seria uma política efetiva para as linguagens artísticas.

O dossiê Políticas Culturais para as Artes foi proposto, justamente, como um espaço de difusão de trabalhos que contribuam para o debate sobre esse importante tema.

No primeiro dos sete artigos aqui reunidos, “As políticas para as artes e a Fundação Nacional de Artes: 2003–2016”, a partir de entrevistas realizadas com gestores e ex-gestores, articuladores e consultores da

Fundação Nacional de Artes (Funarte) e do Ministério da Cultura (MinC), é problematizado o processo de construção da Política Nacional das Artes (PNA) e as questões mais importantes nele apontadas, como o fomento, a difusão, os marcos legais, a própria gestão da Funarte e o lugar que a instituição vem ocupando em termos de reconhecimento.

Na sequência, no texto “Fomento à cultura no Brasil: desafios e oportunidades”, Armando Almeida e Carlos Paiva apresentam um breve histórico das políticas de fomento à cultura no país, analisam os limites do modelo atual, as mudanças ocorridas a partir dos anos 2000 e experiências realizadas no âmbito do governo federal e dos governos estaduais e municipais. Apontam ainda alternativas possíveis para a constituição de políticas com capacidade de lidar mais adequadamente com a complexidade do campo cultural e destacam os benefícios da articulação federativa para as políticas de financiamento à cultura.

Em “Marcos na exibição de filmes no Brasil”, Anita Simis analisa as transformações ocorridas no sistema de exibição das salas de cinema no país, estabelece marcos em que encontramos episódios descontínuos e heterogêneos, pontos de inflexão e linhas de continuidade. A autora procura verificar transformações no âmbito mercantil da exibição e, para isso, apresenta quatro marcos decisivos. A exibição destaca-se como eixo

central na política cultural para uma difusão democrática do cinema. No entanto, não tem sido privilegiada nos programas específicos de atendimento ao setor.

No texto “(Des)conjunturas das políticas setoriais para a dança: uma análise do papel da Funarte e do Edital Klaus Vianna”, Lúcia Matos ressalta que a área da dança só passou a ser abordada nas políticas culturais federais após a criação da Funarte, ainda de modo incipiente. A autora apresenta uma contextualização das políticas setoriais para a dança a partir de 2003 e analisa indicadores do Prêmio Funarte de Dança Klaus Vianna presentes no relatório “Editais de Fomento 2006-2015”,<sup>1</sup> relacionando-os com perspectivas apontadas na pesquisa Mapeamento da Dança.<sup>2</sup>

Considerando seu ponto de vista de historiador da cultura e experiência como gestor público e articulador na área musical, em “Música e ação política, Brasil 2003/2016”, Cacá Machado se propõe a construir algumas perspectivas interpretativas sobre o tecido histórico que envolve as relações entre o setor musical e a política cultural, a partir da análise de documentos produzidos pelo Ministério da Cultura (MinC) no período em questão.

1 FUNARTE. Editais de fomento 2006-2015. Rio de Janeiro, 2016.

2 MATOS, L.; NUSSBAUMER, G. (Coord.). Mapeamento da dança: diagnóstico da dança em oito capitais de cinco regiões do Brasil. Salvador: UFBA, 2016.

Já Gustavo Guenzburger, em “Teatro carioca sob a crise do fomento: do empreendedorismo ao ativismo cultural”, apresenta alguns desafios para a produção e a pesquisa do teatro no contexto de cortes no fomento à cultura. Sugere que só a coletivização do impulso empreendedor dos agentes teatrais seria capaz de forjar uma justificativa pública para o fomento ao setor e que uma nova historiografia teatral se faz necessária, capaz de incorporar novos modos de produção e ativismos, além de novas narrativas, surgidas justamente nos movimentos que lutam contra o desmantelamento das políticas culturais.

Fechando o dossiê, no texto “Aspectos de uma política pública para museus no Brasil”, Andréa Dias Vial discute aspectos fundamentais da operação de um museu que devem ser considerados na elaboração de políticas públicas e/ou planos setoriais para o segmento, desde a definição de museu, seus objetivos, lógica de operação, relações internas entre os setores, buscando mostrar a relação dos mesmos com os eixos apontados na Política Nacional de Museus, no Estatuto de Museus e no Plano Setorial Nacional de Museus.

*Gisele Nussbaumer e Isaura Botelho*